



Artigos/Articles

Meninos de saia no Colégio Pedro II: trajetórias textuais de um documento institucional

Boys in skirts at Colégio Pedro II: textual trajectories of an institutional document

Victor Brandão Schultz¹

RESUMO

Este artigo apresenta uma análise da circulação discursiva da Portaria Nº 2449, de 22 de julho de 2016, que instituiu a divisão por gênero nos tradicionais uniformes do Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro. Ele se orienta por uma visão performativa de linguagem, gênero e sexualidade, que compreende as identidades sociais não como pré-existentes e sim como efeitos de sentido de performances encenadas no interior de matrizes de inteligibilidade e estruturas regulatórias. Por essa ótica, a escola é um espaço disciplinar que tradicionalmente fomenta e regula performances hegemônicas de gênero e sexualidade. Entende-se também que a circulação é uma característica intrínseca aos textos, acentuada na contemporaneidade, que envolve processos contínuos de entextualização e ressignificação. Para criar inteligibilidade sobre a circulação de textos e discursos, é útil o construto teórico-analítico de escala, compreendido não como um conjunto de categorias pré-definidas, e sim como projeções operadas e negociadas pelos sujeitos em suas práticas de interação com os textos. A análise se detém sobre quatro momentos da circulação textual: (1) a divulgação oficial do documento pela instituição, (2) reações de usuários de uma rede social, (3) cobertura midiática e (4) um evento acadêmico. Os dados indicam uma fricção entre projetos escalares que inserem a decisão do Colégio no contexto mais amplo de uma educação comprometida com a cidadania, com os direitos humanos e com lutas antidiscriminatórias, por um lado, e projeções que isolam a escola da vida social e atuam na manutenção das matrizes hegemônicas de inteligibilidade de gênero.

¹ Colégio Pedro II – ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4224-7111>. Email: victor.schultz@yahoo.com

| **Palavras-Chave:** gênero, uniformes, trajetórias de textos, escala.

ABSTRACT

This article presents an analysis of the discursive circulation of Regulation N. 2449, published on July 22, 2016, which ended the gendered division of the traditional school uniforms at Colégio Pedro II, in Rio de Janeiro, Brazil. Based on a performative view of language, gender, and sexuality, it is believed that social identities are not pre-existing attributes but meaning effects created by performances enacted within intelligibility matrices and regulatory structures. Schools are thus seen as disciplinary spaces that promote and regulate hegemonic performances of gender and sexuality. The paper is also based on the understanding that circulation is an inherent feature of texts that is presently intensified and involves continuous processes of entextualization and resemiotization. The circulation of texts and discourses can be productively investigated using the concept of scale, understood not as a set of pre-established categories but as projections put forward and negotiated by subjects as they interact with texts. The analysis focuses on four moments of these text trajectories: (1) the official announcements by the institution, (2) reactions from users on a social network, (3) media coverage, and (4) an academic event. The data indicate friction between scalar projects that locate the change to these school uniforms within a wider context of educational commitment to citizenship, to human rights, and to antidiscriminatory practices on the one hand, and scalar projects that isolate education from social life and sustain hegemonic gender intelligibility matrices, on the other hand.

| **Keywords:** gender, uniforms, text trajectories, scale.

1. Introdução

O tradicional Colégio Pedro II, instituição federal de ensino fundamental e médio com campi em três municípios do Rio de Janeiro, foi recentemente tematizado nos noticiários, em eventos acadêmicos, em pregações religiosas e em discussões cotidianas. Entre os acontecimentos polêmicos que levaram a essa tematização, esteve a publicação de uma portaria alterando, entre outros aspectos, as normas de uso do uniforme discente da instituição. Das mudanças presentes no ato administrativo, a que ganhou maior visibilidade foi a possibilidade de uso da saia do uniforme por qualquer estudante do Colégio, inclusive alunas trans, pessoas não-binárias e meninos. Essa nova possibilidade ganhou os noticiários, onde foram veiculadas inúmeras matérias sobre a questão. Instaurou-se uma grande polêmica entre servidores, estudantes, responsáveis e a sociedade em geral, com inúmeras manifestações de apoio à nova portaria e tantas outras reações de protesto.

Não foi, no entanto, a primeira vez que o uniforme da instituição esteve nas manchetes, tampouco se tratou de uma mudança sem precedentes. Em 2014, estudantes de um dos campi do Colégio localizados no bairro carioca de São Cristóvão organizaram o “Saiato”, uma manifestação na qual meninos circularam pelas dependências da instituição trajando a saia do uniforme discente. Segundo o coletivo responsável pelo ato, este foi uma crítica à divisão binária do uniforme, isto é, à existência de um uniforme para meninos (calça comprida, camisa branca, tênis preto) e outro para meninas (calça comprida ou saia com meia $\frac{3}{4}$, blusa branca com detalhes azuis, tênis preto ou sapatilha de mesma cor).

Em 12/03/15, foi publicada no Diário Oficial da União (Seção 1, p. 3) a Resolução Nº 12 do Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoções dos Direitos de Lésbicas, Gays, Travestis e Transexuais (CNCD/LGBT), de 26/01/15, apresentando procedimentos para resguardar a dignidade de estudantes trans na escola e assim reduzir a evasão escolar desse grupo. Entre as medidas propostas, está o uso do uniforme conforme a autoidentificação de gênero do estudante.

Tendo em vista a efervescência das discussões sobre gênero e sexualidade no Pedro II, também em 2015 foi criado, atendendo a um convite da reitoria, o Núcleo de Estudos e Ações em Gêneros e Sexualidades (ELOS), do qual sou membro, reunindo servidores docentes e técnico-administrativos de diferentes campi.

Entre os anos de 2014 e 2016, houve, em variados campi, diversas discussões envolvendo estudantes e servidores para a criação ou reformulação de três documentos institucionais importantes: o estatuto do Colégio, o regimento interno da instituição e o código de ética discente. Um dos aspectos normatizados por esses documentos é justamente o uniforme dos estudantes. Em alguns desses encontros, representantes do corpo discente novamente solicitaram o fim do uniforme binário. Em consonância a isso, o ELOS também encaminhou à reitoria uma recomendação pelo fim do binarismo.

Em setembro de 2016, após meses sem notícias dos encaminhamentos dessas discussões, a comunidade escolar foi surpreendida pela publicação da Portaria Nº 2449. O documento atualiza diversas normas para os estudantes, relativas a horários, caderneta escolar e uniformes. No que diz respeito a estes, a Portaria acatou a demanda pelo fim da divisão binária do uniforme, surpreendendo até mesmo muitos de seus proponentes.

Neste artigo, discuto as trajetórias textuais da Portaria Nº 2449, observando os processos escalares envolvidos nesses movimentos. Começo por uma breve reflexão sobre a função do uniforme na cultura escolar. Depois, nos itens 3 e 4, discorro sobre a mobilidade dos textos na contemporaneidade e sobre concepções de tempo, espaço e escala. As trajetórias da Portaria são analisadas na seção 5. Encerro tecendo minhas considerações finais no item 6.

2. Uniforme, controle e indexicalidade

Para pensar sobre o uniforme escolar, é preciso primeiramente considerar o porquê de sua existência. Sua função primária, evidentemente, é identificar o corpo discente de cada instituição de ensino. Além de identificar os estudantes, ele também os homogeneiza: uma indumentária única apaga uma série de diferenças sociais que podem ser marcadas pelas roupas. Paradoxalmente, essa homogeneização é muitas vezes complementada por uma separação: em instituições como o Pedro II até setembro de 2016, há um uniforme “masculino” e outro “feminino”. O uniforme binário, então, separa o corpo discente por gênero, em duas categorias: meninos e meninas.

Essa separação não é casual, como a própria adoção de um uniforme pela instituição não o é. Elas ocorrem porque a escola, como explica Foucault ([1975] 2007), é uma instituição onde atua o poder disciplinar. De acordo com o autor, esse poder atua na produção de “corpos dóceis” e educados, isto é, rege o uso dos corpos para deles obter a maior utilidade possível ao mesmo tempo em que diminui tanto quanto se pode sua força de resistência. Com o exercício dessa forma de poder, objetiva-se que, com o tempo, essas tecnologias levem o próprio sujeito disciplinado a exercer a disciplina sobre si mesmo, ou seja, tornar-se o vigilante de si. Com a repetição contínua, esses comportamentos se sedimentam, adquirindo aparência de substância (Butler, 1988); tornam-se, então, uma parte naturalizada da compreensão que os sujeitos têm de si e dos outros.

Nesse contexto, o uniforme deve ser entendido também como um instrumento de controle dos corpos. Por meio dele, o corpo discente é categorizado por gênero, e essa é mais uma forma de se produzirem performances hegemônicas de gênero e sexualidade (que, no imaginário popular, estão atrelados).

Qual é, porém, a relação entre roupas e gênero? Para compreendê-la, é preciso primeiramente considerar que o significado tem natureza multimodal, ou seja, está ligado a complexos multissemióticos (Blommaert, 2015a). E ele não é inerente aos signos. Ao contrário, tem natureza social; é algo que se projeta e negocia social e indexicalmente. Como explica Blommaert (2015b, p.108), o significado consiste em “efeitos de valor derivados de ratificações locais de recursos semióticos historicamente carregados”².

A indexicalidade é a forma como certos signos “apontam” para determinados significados. Ela não é inerente, mas social: os falantes, ao longo de suas vidas, são socializados para aprender a reconhecer os elos indexicais (Agha, 2007).

² “Value effects derived from local enactments of historically loaded semiotic resources.”

Assim, as roupas podem ser compreendidas como recursos semióticos, pois sentidos são socialmente projetados sobre elas. Estes não são aleatórios ou puramente individuais: para criar inteligibilidade sobre os signos, orientamos por uma ordem indexical (Silverstein, 2003), isto é, por um repertório de elos indexicais relativamente — porém jamais completa ou permanentemente — estáveis. Desse modo, uma saia indexicaliza uma performance de gênero feminina; em outras palavras, é “roupa de mulher”. Se um homem é visto vestindo uma saia, esta é considerada um índice de homossexualidade, uma vez que, popularmente, associa-se a homossexualidade masculina à feminilidade. Não se trata, porém, apenas de percepções inconsequentes: a indexicalidade tem um caráter axiológico, isto é, com base nela se fazem juízos de valor e se constroem hierarquias sociais (Blommaert, 2005, 2010, 2015b).

De todo modo, por seu caráter social, as relações indexicais não são fixas; elas variam de um contexto para o outro, tanto em termos de tempo quanto de espaço. Se diferentes sentidos podem ser projetados sobre as roupas, o mesmo se dá em relação a textos que regulamentam seu uso. Quando estes viajam de um contexto para outro, aumentam as chances de múltiplos sentidos serem projetados e de estes entrarem em fricção.

3. Trajetórias textuais

De acordo com Fabrício (2015, p.71), “os textos são móveis, e circular está em sua natureza”³. Eles existem em dois níveis: o do aqui-e-agora e o da circulação. Em um mundo globalizado, caracterizado por fluxos (Appadurai, 2001) e dotado de significativas tecnologias de informação e comunicação, o potencial de viagem dos textos é catapultado (Kell, 2013). Hoje, os textos viajam muito mais rápida e facilmente. Uma portaria estabelecendo normas para uma escola, por exemplo, é publicada no site da instituição, podendo ser fácil e rapidamente enviada pelos leitores a outras pessoas ou republicada, total ou parcialmente, em redes sociais, textos jornalísticos etc. Da mesma forma, a reação a esses textos pode se disseminar de forma viral, com centenas de pessoas comentando-os não apenas em interações face a face mas também nas redes sociais.

Isso não quer dizer que a circulação de textos seja algo específico da contemporaneidade. Hoje ela é mais rápida e por isso mais intensa, mais perceptível. No entanto, ela é parte da “história natural do discurso” (Silverstein & Urban, 1996; Fabrício, 2015). Com efeito, ao interagir com textos (como produtores ou leitores), sempre traçamos “cartografias comunicáveis”⁴, isto é, “projeções do modo como os textos representam seus próprios pontos de

³ “Texts are mobile, and it is in their nature to move around.”

⁴ “Communicable cartographies”.

origem, modos de circulação, públicos-alvo e modos de recepção”⁵ (Briggs, 2007: 556). Em outras palavras, a textualidade necessariamente envolve a projeção de modelos de produção, circulação e recepção. Da mesma forma, Warner (2005, p.82) afirma que

Não há fala ou performance dirigida a um público que não tente especificar de antemão, de inúmeras formas altamente condensadas, o universo de sua circulação. Isso é realizado não apenas através de afirmações discursivas, do tipo supostamente orientado ao entendimento, mas também no nível da pragmática, através dos efeitos dos gêneros do discurso, expressões idiomáticas, marcadores estilísticos, endereçamento, temporalidade, mise-en-scène, campo citacional, protocolos interlocutórios, léxico e assim sucessivamente⁶.

Não obstante, a circulação dos textos nem sempre segue a cartografia originalmente projetada (Warner, 2005; Briggs, 2007): o leitor da mensagem pode, de maneiras inesperadas, repassá-la, relatar seu conteúdo a terceiros, publicá-la na internet e o conteúdo viralizar, e assim sucessivamente.

No discurso público, no entanto, essa possibilidade de o texto circular fora de controle é incorporada a suas próprias condições de possibilidade (Warner, 2005), é constitutiva de sua cartografia comunicável. Ao tornar público um documento estabelecendo normas institucionais, por exemplo, um colégio está ciente de que este terá ampla circulação; a imprevisibilidade de sua trajetória é, paradoxalmente, parte de sua cartografia, e muitas vezes faz com que a produção desse texto envolva uma série de cuidados para que a circulação não sabote os objetivos institucionais. Mesmo assim, não há garantias: um texto existente é um texto que pode circular, e um texto em circulação é um texto potencialmente fora de controle.

Essa imprevisibilidade está certamente ligada ao fato de o discurso não se mover linearmente de uma origem fixa a um destino igualmente estanque (Briggs, 2007). Há um sem-número de variáveis, intensificadas pelas novas tecnologias e pelas práticas sociais desenvolvidas a partir delas, que ampliam as possibilidades para a circulação, multiplicam as trajetórias textuais e complexificam as cartografias comunicáveis.

O imprevisto está ligado também ao fato de ser impossível a replicação tal qual (Silverstein & Urban, 1996; Briggs, 2007). Mesmo quando se objetiva apenas retirar um texto de contexto e carregá-lo, sem qualquer alteração, a um

⁵ “Projections of the way texts represent their own points of origin, modes of circulation, intended audiences, and modes of reception.”

⁶ There is no speech or performance addressed to a public that does not try to specify in advance, in countless highly condensed ways, the lifeworld of its circulation. This is accomplished not only through discursive claims, of the kind that can be said to be oriented to understanding, but also at the level of pragmatics, through the effects of speech genres, idioms, stylistic markers, address, temporality, mise-en-scène, citational field, interlocutory protocols, lexicon, and so on.”

novo destino, o que ocorre é uma prática de “entextualização”, que pode ser entendida como “o processo de transformar uma dada ocorrência de discurso em um texto, removível de seu contexto local”⁷ (Urban, 1996, p.21). O termo se refere, então, aos contínuos processos discursivos de descontextualização, deslocamento e recontextualização (Urban, 1996; Fabrício, 2015).

A entextualização, por sua vez, tem uma relação dialética com a contextualização (Silverstein & Urban, 1996), de modo que o ambiente de chegada influencia as condições de entextualização, e a entextualização atua na construção do novo contexto. O novo contexto envolve “novos interlocutores, com diferentes modos de interagir com os signos, com distintas histórias de socialização, respondendo a demandas interacionais voláteis” (Fabrício, 2015, p. 71). Uma mudança de contexto envolve uma mudança de participantes e de prática social, e isso implica que aquele texto aparentemente transposto na verdade já não é mais o mesmo (cf. Silverstein & Urban, 1996). A entextualização, então, abre espaço tanto para a repetição quanto para a transformação (Silverstein & Urban, 1996; Fabrício, 2015).

É preciso ressaltar que a circulação dos textos não é livre ou aleatória. Ela está inserida em redes de poder, e há uma série de fatores que regulam sua circulação (Briggs, 2005, 2007). Ademais, a entextualização tem um caráter ideológico e axiológico (Blommaert, 2005, 2010; Fabrício, 2015): ao longo de suas trajetórias, os textos carregam sua forma mas não seu sentido. Seu valor indexical é projetado com base nos repertórios e nas condições de comunicabilidade locais; ao viajar, os textos podem mobilizar diferentes ordens de indexicalidade⁸, projetando-se-lhes assim sentidos diversos. Essa multiplicidade de possibilidades indexicais torna as trajetórias de textos uma fonte de “fricção textual”⁹ (Fabrício, 2015, p.73), que pode ter múltiplos efeitos. Tudo isso faz com que a entextualização seja também um locus de disputa pelo direito de entextualizar com autoridade e estabelecer metadiscursos — disputa essa que tem caráter político (Silverstein; Urban, 1996; Briggs, 2005).

O caráter social e dinâmico da circulação e da entextualização envolve ainda outra dimensão: a projeção de escalas espaço-temporais.

4. Tempo, espaço e escalas

O tempo e o espaço são normalmente tidos como fatos naturais, independentes da atividade humana. Ao longo dos séculos e em diferentes contextos, surgiram diversas formas de estudá-los, medi-los, segmentá-los e

⁷ “The process of rendering a given instance of discourse a text, detachable from its local context.”

⁸ Ordens de indexicalidade são “padrões estratificados de significados sociais frequentemente denominados ‘normas’ ou ‘regras’, pelos quais as pessoas se orientam quando se comunicam” (Blommaert, 2005, p.253).

⁹ “Textual friction”.

classificá-los. Tendo em vista a herança racionalista do nosso pensamento, que crê na ciência como descoberta de verdades pré-discursivas e no pensamento ocidental como superior a outras formas de conhecimento (Venn, 2000; Moita Lopes, 2006), não surpreende que nossas pressuposições sobre o tempo e o espaço sejam tão reificadas e tão pouco questionadas.

Crítico a essa perspectiva, Wallerstein (1997, s/p) defende que “o significado do tempo e do espaço em nossas vidas é uma invenção humana, e que diferentes grupos de pessoas os definem de formas distintas”¹⁰. Conseqüentemente, a questão não é “veracidade”, e sim “perspectiva”. Para o autor, o tempo e o espaço estão intimamente interligados.

Seguindo esse raciocínio, faz sentido afirmar que o tempo e o espaço não são significados ou vividos de forma homogênea em todos os contextos. Não é à toa que Appadurai (2001, p.5-6) vê na contemporaneidade relações de “disjunção” (*disjunction*): os fluxos que a caracterizam têm “diferentes velocidades, eixos, pontos de origem e término, e diversas relações com estruturas institucionais em diferentes nações ou sociedades”. Isso implica a coexistência de diferentes temporalidades e espacialidades, que podem articular-se de formas múltiplas e por vezes entrar em fricção.

Ganha importância, assim, o conceito de “escala”, uma vez que as escalas são formas de ordenar a experiência humana no tempo e no espaço, bem como a relação entre estes (Carr; Lempert, 2016). Sua construção envolve “comparações situadas entre eventos, pessoas e atividades. Os resultados da comparação possibilitam e justificam arranjos institucionais e ações”¹¹ (Gal, 2016, p.91, ênfase no original).

Fica claro que as escalas não têm nada de natural. Elas são o resultado de ações semióticas intensas e repetidas (Carr; Lempert, 2016; Gal, 2016). O discurso (e conseqüentemente as trajetórias de textos), então, está fundamentalmente imbricado nos processos escalares.

Uma vez que são o produto de contínuas práticas sociais, as escalas não são neutras, mas sim necessariamente ideológicas (Carr; Lempert, 2016; Gal, 2016). Elas não podem ser construídas de fora do discurso, de maneira indiferente aos processos semióticos. Ao contrário, são sempre o resultado de determinadas perspectivas, a partir das quais se fazem segmentações, agrupamentos e comparações. Como esse processo é semiótico-discursivo, também envolve posicionamentos axiológicos (cf. seção 3). Na realidade, a ilusão de objetividade das escalas é o resultado do apagamento de seus processos de construção (Carr; Lempert, 2016).

As escalas dizem respeito tanto ao tempo quanto ao espaço — os quais, como já vimos, estão interligados. Assim, ocorrências de pequena escala são

¹⁰ “the meaning of time and space in our lives is a human invention, and that different groups of people define them differently.”

¹¹ “Situated *comparisons* among events, persons, and activities. The results of comparison enable and justify action and institutional arrangements.”

parte de processos envolvidos em outras escalas, e podem ter efeitos intensos e duradouros. Em outras palavras, “coisas que duram segundos podem ter efeitos que duram anos”¹² (Agha, 2007, p.3). Além disso, as escalas envolvem movimentos tanto horizontais (aproximação, mitigação de assimetrias, tempo, espaço, repetição, ruptura) quanto verticais (autorização, institucionalização, hierarquização, estabelecimento de uma ordem indexical) (Kell, 2013). Esses movimentos podem ter um sem-número de efeitos, de modo que alguns projetos escalares podem inclusive constituir atos de violência (Carr; Lempert, 2016).

Para estudar os processos escalares, é preciso olhar para sua construção, que invariavelmente envolve atividade semiótica (Agha, 2007; Kell, 2013; Gal, 2016). Por outro lado, debruçar-se sobre os processos escalares pode trazer compreensões importantes para o estudo das trajetórias textuais. Afinal, mover-se entre escalas significa entrar em novas estruturas de participação (Kell, 2013). A própria construção de cartografias comunicáveis é uma atividade escalar, uma vez que envolve a projeção de temporalidades, espacialidades, públicos, bem como relações com instituições, sujeitos e discursos.

5. A circulação da portaria do Colégio Pedro II

5.1. A cartografia institucional e o início da trajetória de um texto

Destarte, é importante destacar que a Portaria Nº 2449¹³, assinada pelo reitor do Colégio Pedro II, não versa somente sobre o uniforme escolar. Ela “*Aprova Normas e Procedimentos Discentes*” (p. 1, ênfase no original) de diferentes tipos e contém três seções: (I) “Do uniforme escolar”, (II) “Do funcionamento dos turnos para o corpo discente” e (III) “Da caderneta escolar”. Entre as justificativas que o documento apresenta, está “a *identidade*, a *diversidade* e a *segurança* do corpo discente” (p. 1, grifos meus). A referência à identidade e à diversidade em um documento que extingue o uniforme binário remetem a um contexto mais amplo no qual a entextualização da Portaria está inserida: as discussões sobre gênero e sexualidade e sua legitimidade na escola; eventos recentemente ocorridos no Colégio que haviam tematizado essas questões; a presença de diversos coletivos de servidores e estudantes dedicados a trabalhar gênero e sexualidade; a defesa do fim do uniforme binário encaminhada por alguns desses coletivos durante discussões institucionais (cf. introdução).

O cerne da polêmica envolvendo a portaria é o quadro reproduzido abaixo, que lista as peças do uniforme sem estabelecer quais seriam masculinas e quais femininas.

¹² “Things that last for seconds can have effects that last for years.”

¹³ Disponível em: <http://www.cp2.g12.br/images/comunicacao/2016/Setembro/portaria2449.pdf>. Acesso em: 29/8/2018.

UNIFORME ESCOLAR COMPLETO
• Camisa branca tradicional ou camisa branca com viés azul
• Calça de brim azul marinho ou saia de seis machos de tergal / gabardine azul marinho
• Meias brancas
• Sapatos ou tênis pretos, sem saltos, adereços ou desenhos de outra cor
• Emblema da série em curso costurado ao bolso da camisa
• Casaco liso azul marinho ou preto ou branco ou cinza

Uma vez promulgada, a Portaria teve sua trajetória iniciada conforme a cartografia comunicável de todas as portarias emitidas pela reitoria: foi publicada no site oficial do Colégio. Além da portaria em si, também foi publicada no site institucional uma notícia intitulada “CPII extingue distinção do uniforme por gênero”. Segundo uma servidora do setor de Comunicação Social que entrevistei, essa escolha foi uma forma de responder a dúvidas e questionamentos que surgiram tanto na comunidade escolar como na própria imprensa assim que o teor da Portaria começou a circular.

Como costuma ocorrer, após a publicação da notícia no site oficial do Colégio, esta foi divulgada na página oficial da instituição na rede social Facebook.

5.2. Da reitoria para a rede social: novos participantes, múltiplas escalas

Uma vez divulgada na página oficial do Colégio Pedro II na rede social Facebook pela própria instituição, a notícia gerou 2,2 mil reações e 208 comentários na publicação, sendo ainda compartilhada por 1.616 usuários (com cada um desses compartilhamentos gerando outros tantos comentários) segundo dados disponibilizados pelo próprio Facebook. Apresento a seguir alguns comentários publicados por leitores diretamente na página oficial do Colégio.

(1) Laura

Muito orgulho de ter estudado em um colégio que valoriza a igualdade.

(2) Ana

Preocupem-se com o ensino.

[...]

(3) Lúcia

Ana, sou formada, com muito orgulho, pelo CPII. Um colégio que desde sempre se preocupou com o ensino. E preocupar-se com o ensino é também,

principalmente, preocupar-se com o ser humano. O CPII está dando uma lição de respeito às liberdades individuais. Como ex-aluna, me orgulho muito.

(4) Ana

Também sou ex-aluna e discordo dessa medida. O colegio está na iminência de uma greve, tem mais coisa com o que se preocupar.

(5) Caio

Inclusive esse é o diferencial do CP2. Não formar vestibulandos, mas humanos. Ana você não precisa abrir mão de uma luta por outra, uma coisa não tem nada a ver com a outra.

(6) José

Quem disse que colégio. ..no Brasil socialista...se destina a ensinar.e olha que são professores que ganham muito bem...São federais..nas o ensino é ruim...

Na mensagem (1), a leitora Laura afirma se sentir orgulhosa por ver que a instituição “valoriza a igualdade”. Em termos de escala, observa-se que ela insere a Portaria Nº 2449 em um compromisso antidiscriminatório suprainstitucional. Ao fazê-lo, ela indiretamente compara o Pedro II com outras instituições, a saber, aquelas que não “valorizam a igualdade” e, nessa comparação, constrói uma hierarquia moral na qual o Pedro II ocupa uma posição eticamente superior.

A projeção escalar de Laura (e da própria publicação do Colégio) é rejeitada por Ana, que, na mensagem (2), escreve secamente: “preocupem-se com o ensino”. Essa curta mensagem propõe uma escala diferente, na qual o Colégio não está inserido em discussões sociais mais amplas e sim limitado ao “ensino”, concebido em sentido estrito e não contemplando questões relativas a gênero.

Ao predicar-se como “formada, com muito orgulho, pelo CPII” (3), a interactante Lúcia utiliza a modalização epistêmica para sinalizar a perspectiva da qual escreve e projeta sua escala (como ex-aluna e, portanto, conhecedora da instituição). Ao afirmar que o Colégio “sempre se preocupou com o ensino”, ela perspectiviza a questão proposta por Ana a partir de uma projeção escalar diferente: enquanto Ana situa a preocupação com o ensino em um futuro desejável, Lúcia projeta o presente como continuação de um passado em que tal preocupação já existia. A “preocupação com o ensino”, no entanto, é ressignificada: passa a incluir a preocupação “com o ser humano”. Em seguida, ao classificar a Portaria como “uma lição de respeito às liberdades individuais”, ela se alinha à projeção escalar iniciada por Laura.

Em sua réplica (4), Ana também predica a si mesma como ex-aluna da instituição, sinalizando a perspectiva da qual fala como base que sustenta sua projeção escalar — refutando, assim, sua inferiorização pela modalização epistêmica de Lúcia. Ana faz referência à iminência de uma greve docente e à existência de “mais coisa com o que se preocupar”, projetando um ordenamento escalar que privilegia outras prioridades em detrimento da preocupação com

questões de gênero. Essa atividade escalar estabelece uma hierarquia de importância que desqualifica a Portaria e os processos de entextualização envolvidos em sua produção e circulação.

O participante Caio (5) ratifica a projeção escalar de Laura e Lúcia. Ele predica a preocupação com questões de gênero como “o diferencial do CP2” e repete o discurso de Lúcia de que o Colégio “[forma] humanos”. Isso se articula a um movimento escalar de hierarquização que valora positivamente essa proposta pedagógica em comparação com outras (no caso, as de “formar vestibulandos”).

Em seguida, dirigindo-se diretamente a Ana, Caio afirma que “você não precisa abrir mão de uma luta por outra, uma coisa não tem nada a ver com a outra”. Essa justaposição permite ver a preocupação com o gênero e as preocupações de Ana em uma relação horizontalizada, de modo que todas coexistam sem hierarquização.

Finalmente, o internauta José (6) dá um salto escalar ao apresentar as práticas do Colégio Pedro II como *tokens* do que segundo ele é um “Brasil socialista”, que por sua vez são negativamente valorados ao se predicar o ensino como “ruim”. Esse movimento escalar é recorrente nos dados: em diversas ocasiões, participantes veem a Portaria e ações contra-hegemônicas ligadas a gênero e a sexualidade como *tokens* (negativamente valorados) de um *type* que seria um governo de esquerda; também há várias mensagens de apoio a políticos ultraconservadores.

O que está em jogo na fricção dessas projeções escalares é, portanto, a inserção da escola na sociedade (e conseqüentemente o significado da educação) e o acesso às práticas de entextualização que regem a vida institucional no Colégio.

5.3. A trajetória prossegue: circulação midiática

Por quebrar um tabu, a Portaria Nº 2449 não ficou restrita aos fóruns institucionais nem às redes sociais. Rapidamente, ela se alastrou infeciosamente pelos noticiários. Para compreender as trajetórias textuais tematizadas aqui, listo a seguir as manchetes e chamadas de algumas dessas publicações.

(1) Colégio Pedro II extingue distinção de uniforme escolar por gênero

Medida foi elogiada por alunos nas redes sociais. Escola foi a primeira a permitir o uso do nome social por travestis e transexuais

-O Dia, 19/9/2016

(2) Colégio Pedro II acaba com obrigação de uniforme escolar por gênero

Alunos poderão escolher se querem usar calças ou saias. Portaria com a decisão foi divulgada no site do colégio.

-G1, 20/9/2016

(3) Colégio tradicional do Rio, Pedro II libera uso de saias para meninos

-Huffington Post, 20/9/2016

(4) Colégio no RJ libera o uso de saia para meninos

Deputado critica a decisão lembrando que a ideologia de gênero já foi rejeitada no Congresso Nacional

-Gospel Prime, 22/9/2016

(5) Deixem o colégio Pedro II em paz. Usar saia é uma delícia

Tomara que os garotos do colégio aproveitem o novo direito e ajudem a banalizar o uso da saia para homens

-Veja, 22/9/2016

(6) Repórter do EXTRA veste saia do Pedro II e relata reação nas ruas

-Extra, 13/10/2016

Um dado que chama atenção nessas manchetes é que, em várias delas (3, 4, 5 e 6), a Portaria é entextualizada simplesmente como uma autorização para que meninos usem saias. No texto (2), embora a manchete se refira ao uniforme genericamente, a chamada cita a possibilidade de uso de saias. O texto (6), por sua vez, não se propõe a noticiar a publicação da Portaria, e sim a relatar um experimento baseado nela; pode ser visto, então, como uma outra etapa na trajetória desse texto.

As múltiplas referências ao uso de saias não são por acaso. A tematização do uso da saia por meninos está relacionada a valores indexicais dessa peça de roupa. Sendo majoritariamente considerada um índice de feminilidade (e, quando usada por homens, de homossexualidade) (cf. seção 2), sua possibilidade de uso por qualquer membro do corpo discente representa uma ameaça à matriz de inteligibilidade de gênero¹⁴. Por isso, esse precedente ganha saliência no texto da portaria — e, conseqüentemente, destaque nessas re-entextualizações —, provocando inclusive reações negativas por parte dos leitores orientados por determinada ordem de indexicalidade.

Gostaria de me deter sobre certos detalhes de algumas dessas manchetes. No item (2), cabe observar o uso da modalização deôntica: o uniforme binário é entextualizado como uma “obrigação”, ao passo que sua abolição representa uma maior liberdade, visto que agora os estudantes “poderão escolher” o que vestir. A notícia, então, é posta em uma escala vertical, na qual a situação original é uma imposição institucional de cima para baixo,

¹⁴ As matrizes de inteligibilidade são repertórios estruturantes que nos orientam e fazem com que possamos dar sentido às performances dos sujeitos. A matriz hegemônica de inteligibilidade de gênero, por exemplo, “institui como natural, normal e inquestionável a ligação linear e essencial entre sexo biológico, gênero, desejo sexual e subjetividade” (Borba, 2014, p. 445); de acordo com ela, não faz sentido um homem (ao menos um heterossexual) usar saia.

enquanto a nova realidade representa uma relação menos hierarquizada ou menos autoritária entre os segmentos da comunidade escolar.

Na manchete (3), ao descrever o Pedro II como um “colégio tradicional”, constrói-se uma escala temporal na qual se valorizam o passado e sua influência sobre o presente. O fato de essa tradição ser citada sugere uma semiotização da Portaria como uma ruptura escalar, de modo que o futuro projetado pelo texto seria inesperado tendo em vista o passado-presente da instituição.

O texto (4) entextualiza um discurso que vem tendo ampla circulação no Brasil, a saber o da “ideologia de gênero”. De acordo com os proponentes desse discurso ultraconservador, tal ideologia seria um discurso falacioso que negaria um suposto caráter natural e biológico do gênero e da sexualidade e visaria transformar os estudantes em homossexuais ou em transgêneros e assim destruir a família nuclear heterossexual¹⁵. Ao entextualizar o discurso da “ideologia de gênero”, o autor do texto (5) escalona a Portaria para além do Colégio Pedro II ou mesmo dos uniformes escolares. Por essa ótica, o documento estaria inserido em um conjunto de práticas, espalhadas pelo espaço social e em efervescência na contemporaneidade, comprometidas com objetivos políticos mais amplos e maléficos, que culminariam com a destruição de todas as famílias e com o caos social absoluto.

A entextualização do discurso da “ideologia de gênero” está associada ainda a um salto escalar operado pela referência a um deputado e ao Congresso Nacional. A questão, segundo esse texto, já teria sido decidida por uma autoridade institucional hierarquicamente superior ao Colégio Pedro II, de modo que não caberia a este implementar tal “ideologia”¹⁶. O que está em jogo aqui é, novamente, o direito à entextualização (cf. seção 3), visto que não seria permitido ao reitor de uma instituição de ensino entextualizar, em documentos oficiais, discursos relativos a gênero, sexualidade e educação.

O item (5) opera um movimento escalar curioso. Temporalmente, ele parte do presente para discorrer sobre o futuro. Ele opera a partir de uma escala ligada à esfera privada, ao prazer individual. Mais que isso, o uso de saias por homens é valorado positivamente ao ser predicado como “uma delícia”. O autor inclusive propõe que a Portaria seja um pontapé inicial para uma mudança social generalizada, que permita aos homens o uso de saias (por seu suposto conforto) sem a incorrência nas sanções decorrentes da atual valoração negativa hegemonicamente projetada sobre esse ato.

¹⁵ Para um tratamento mais aprofundado do discurso da “ideologia de gênero”, ver Junqueira (2017).

¹⁶ O texto se refere à não-inclusão de qualquer menção a gênero ou sexualidade no mais recente Plano Nacional de Educação. Na realidade, não se trata de uma proibição ao trabalho pedagógico sobre tais questões; significa apenas que este não está entre as metas para políticas educacionais nacionais estabelecidas no documento.

5.4. Cartografias que se cruzam: a Portaria Nº 2449 na universidade

Um novo momento na trajetória da Portaria Nº 2449 foi um evento na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Em novembro de 2016, ocorreu na instituição o II Seminário Independente de Direito Constitucional. Uma das atividades que compuseram esse evento foi uma mesa-redonda intitulada “Gênero e performance: repercussão do uso de saias no Colégio Pedro II”. Foram convidados a integrar a mesa o ELOS, que foi representado por mim; a professora de Direito da PUC-Rio Adriana Geisler; a ativista transgênero Indianara Siqueira; o jornalista Giovanni Sanfilippo, autor da reportagem (6) na seção anterior.

A realização dessa mesa-redonda foi uma interseção de duas cartografias comunicáveis. Por um lado, a publicação de documentos oficiais em sites e redes sociais institucionais possibilita (e, pelo menos até certo ponto, prevê) a ampla circulação desses textos pela sociedade, podendo ser recontextualizados de inúmeras maneiras. Por outro lado, debruçar-se sobre textos e discursos que circulam pela sociedade é parte da função social e epistemológica das universidades. A interseção dessas duas cartografias resultou nessa nova etapa da circulação da Portaria, ainda que provavelmente o público e os próprios organizadores não tenham tido qualquer contato direto com o texto-base.

É importante ressaltar que a mesa-redonda integrou um seminário sobre Direito Constitucional. Isso representa um salto escalar em relação ao início da trajetória desse texto. Não apenas se tratou de um evento acadêmico, mas ainda foi um que visava tematizar questões ligadas à própria Constituição Federal. Assim, a Portaria foi escalarmente inserida não apenas em uma discussão acadêmica envolvendo especialistas, mas especificamente em uma ligada à autoridade documental máxima do país.

6. Considerações finais

Em setembro de 2016, a reitoria do Colégio Pedro II emitiu uma portaria atualizando normas para seu corpo discente. Entre as alterações, estava a abolição da divisão do uniforme escolar por gênero. Essa inovação institucional teve grande repercussão, originando uma longa trajetória para o texto da portaria.

A análise mostra como, ao longo dessas trajetórias textuais, diversas projeções escalares entram em competição. Algumas focalizam a escola como isolada de discussões mais amplas sobre gênero e sexualidade, ao passo que outras inserem a Portaria em uma série de fluxos discursivos mais amplos, relacionando educação, gênero e sociedade.

As trajetórias textuais analisadas certamente suscitaram discursos conservadores, que contribuem para matrizes de inteligibilidade excludentes e produtoras de sofrimento humano (cf. nota 14). Não obstante, também foram

observadas entextualizações envolvendo outros tipos de relações indexicais, que valoraram positivamente a iniciativa do Pedro II. Particularmente significativos foram os movimentos escalares que inseriram a trajetória de texto em discussões mais amplas sobre gênero, direitos humanos e mudança social.

Mas por que o uso de saias é tão importante? Em primeiro lugar, para estudantes transexuais e discentes de gênero não-binário, a não-diferenciação dos uniformes por gênero representa o fim da imposição de roupas que indexicalizam um gênero com o qual não se identificam, imposição essa que é em si uma forma de violência. Significa ainda um reconhecimento de sua existência. Para quem todos os dias é tratado como alguém que não existe ou que não deveria existir, trata-se de algo crucial.

Em termos mais amplos, não se trata meramente do uso de saias, e sim da problematização de um sistema semiótico binário que naturaliza os gêneros e reifica uma matriz de inteligibilidade. Permitir institucionalmente, sobretudo em uma escola considerada tradicional, que meninos usem saias — mais que isso, tratar a saia como uma peça de roupa que não é inerentemente feminina ou masculina — constitui um questionamento à ideia de que cada gênero deva estar preso a determinadas roupas, performances, lugares. Trata-se, então, de um movimento de desnaturalização da ordem vigente, com seus padrões estanques e violentos de gênero e sexualidade. Talvez justamente por isso a questão das saias tenha ganhado saliência na circulação da Portaria, inclusive nas re-entextualizações midiáticas: qualquer forma de desnaturalizar a masculinidade hegemônica é algo ameaçador para quem quer garantir a qualquer custo que nada mude. Ao mesmo tempo, pode representar um alento para quem se engaja ou deseja se engajar em performances não-hegemônicas, que hoje com frequência ainda geram consequências punitivas violentas.

As trajetórias textuais discutidas aqui traz o gênero e a indexicalidade da indumentária para o centro das discussões públicas. Contribui para que outros textos, com o mesmo compromisso antidiscriminatório, sejam criados e circulem. Para muitas pessoas, essa circulação representa uma esperança de sobrevivência.

Referências

- AGHA, Asif. 2007. *Language and social relations*. Cambridge: Cambridge University Press.
- APPADURAI, Ajurn. 2001. Grassroots globalization and the research imagination. In: _____ (Org.). *Globalization*. Durham: Duke University Press.
- BLOMMAERT, Jan. 2005. *Discourse: a critical introduction*. Cambridge: Cambridge University Press.
- _____. 2010. *The sociolinguistics of globalization*. Cambridge: Cambridge University Press.

- _____. 2015a. Meaning as a non-linear effect: the birth of cool. *AILA Review*, 28: 7-27.
- _____. 2015b. Chronotopes, scales and complexity in the study of language and society. *Annual Review of Anthropology*, 44: 105-116.
- BORBA, Rodrigo. 2014. A linguagem importa? Sobre performance, performatividade e peregrinações conceituais. *Cadernos Pagu* 43: 441-474.
- BRIGGS, Charles L. 2005. Communicability, racial discourse and disease. *Annual Review of Anthropology*, 34: 269-91.
- _____. 2007. Anthropology, interviewing, and communicability in contemporary society. *Current Anthropology*, 48 (4): 551-580.
- BUTLER, Judith. 1988. Performative acts and gender constitution: an essay on phenomenology and feminist theory. *Theatre Journal*, 40 (4): 519-531.
- CARR, E. Summerson S. & LEMPET, Michael. 2016. Introduction: pragmatics of scale. In: ____ (Orgs.). *Scale: discourse and dimensions of social life*. Oakland: University of California Press. 1-21.
- FABRÍCIO, Branca Falabella. 2015. Policing the borderland in a digital Lusophone territory: the pragmatics of entextualization. In: MOITA LOPES, Luiz Paulo (Org.). *Global Portuguese: linguistic ideologies in late modernity*, Londres: Routledge. 66-86.
- FOUCAULT, Michel. [1975] 2007. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes.
- GAL, Susan. 2016. Scale-making: comparison and perspective as ideological projects. In: CARR, E. Summerson S. & LEMPET, Michael. *Scale: discourse and dimensions of social life*. Oakland: University of California Press. 91-111.
- JUNQUEIRA, Rogério Diniz. 2017. "Ideologia de gênero": a gênese de uma categoria política reacionária – ou: a promoção dos direitos humanos se tornou uma "ameaça à família natural"? In: RIBEIRO, Paula Regina Costa Ribeiro & MAGALHÃES, Joanalira Corpes. *Debates contemporâneos sobre Educação para a sexualidade*. Rio Grande: FURG. 25-52.
- KELL, Catherine. 2013. Ariadne's thread: literacy, scale and meaning making across space and time. *Working Papers in Urban Language & Literacies*: paper 118.
- MOITA LOPES, Luiz Paulo. 2006. Lingüística Aplicada e vida contemporânea: problematização dos construtos que têm orientado a pesquisa. In: ____ (Org.). *Por uma Lingüística Aplicada INdisciplinar*. São Paulo: Parábola. 85-107.
- SILVERSTEIN, Michael. & URBAN, Greg. 1996. The natural history of discourse. In: ____ (Orgs.). *Natural histories of discourse*. Chicago: The University of Chicago Press, 1996. 1-17.
- SILVERSTEIN, Michael. 2003. Indexical order and the dialectics of sociolinguistic life. *Language & Communication*, 23: 193–229.
- URBAN, Greg. 1996. Entextualization, replication, and power. In SILVERSTEIN, Michael & URBAN, Greg. (Orgs.). *Natural histories of discourse*. Chicago: The University of Chicago Press. 21-44.
- VENN, Couze. 2000. *Occidentalism: modernity and subjectivity*. Londres: Sage.
- WALLERSTEIN, Immanuel. 1997. *The time of space and the space of time: the future of social science*. Disponível em: <http://www.binghamton.edu/fbc/archive/iwtynesi.htm>. Acesso em: 17 set. 2016.
- WARNER, Michael. 2005. *Publics and counterpublics*. Nova York: Zone Books.